



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS E PRÁTICAS**  
**PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

**ANDREZA RODRIGUES DOS SANTOS**

**FORMAÇÃO ESCOLAR DAS CRIANÇAS DE UM**  
**ASSENTAMENTO: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DOS**  
**MOVIMENTOS SOCIAIS E DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**ITABAIANA - PB**

**2015**

**ANDREZA RODRIGUES DOS SANTOS**

**FORMAÇÃO ESCOLAR DAS CRIANÇAS DE UM ASSENTAMENTO: UM  
ESTUDO NA PERSPECTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DA  
EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Especialista.

**Orientadora:** ProfaDra. Morgana Lígia de Farias Freire.

**ITABAIANA – PB**

**2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237f Santos, Andreza Rodrigues dos  
Formação Escolar das Crianças de um Assentamento  
[manuscrito] : um estudo na perspectiva dos movimentos sociais e  
da educação do campo / Andreza Rodrigues dos Santos. - 2015.  
42 p.

Digitado.  
Monografia (Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas  
Interdisciplinares EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-  
Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2015.  
"Orientação: Profa. Dra. Morgana Ligia de Farias Freire,  
PROEAD".

1. Educação do campo. 2. Escola. 3. Movimentos sociais. I.  
Título.

21. ed. CDD 370

**ANDREZA RODRIGUES DOS SANTOS**

**FORMAÇÃO ESCOLAR DAS CRIANÇAS DE UM ASSENTAMENTO: UM  
ESTUDO NA PERSPECTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DA  
EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Especialista.

**APROVADO EM 28/02/2015**



---

Profa. Dra. Morgana Lígia de Farias Freire  
Orientadora



---

Profa. Dra. Paula Almeida de Castro  
Examinadora



---

Profa. Dra. Eliane e Moura Silva  
Examinadora

**ITABAIANA – PB  
2015**

*Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem “tratar” sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar não é possível.*

*Paulo Freire*

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho às crianças que residem do assentamento em que realizamos este estudo, aos trabalhadores do campo e aos educadores que cultivam a esperança no meio rural.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, que cuida de mim diariamente e que me proporcionou a oportunidade de ter mais um sonho realizado e de louvá-lo na compreensão de tê-lo como um orientador de pensamentos e ideias.

À Eliane Moura, coordenadora do curso de Especialização, por seu empenho.

A Secretaria de Educação do Estado da Paraíba pela oportunidade de fazer um curso de Especialização.

Aos professores do Curso de Especialização da UEPB, que contribuíram ao longo de trinta meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB e do Curso de Especialização pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

A minha orientadora Morgana Lígia de Farias Freire que se fez presente no momento em que mais necessitei e que, com seu jeito simples, tem um poder motivacional contagiante.

A professora Mestra Izandra Falcão que, com tanta dedicação nas aulas de Educação do Campo fez brotar em mim um sentimento de curiosidade sobre esse assunto, além de mostrar-se preocupada no andamento da minha pesquisa.

A colega de turma Maciana que durante a apresentação de um seminário na sala revelou, de maneira emocionante, um pouco de sua infância, com um discurso real sobre como era seu deslocamento do campo para a cidade e todos os perigos que envolviam esse trajeto.

Aos colegas de turma Evyllaine Matias, Paulo Melo e Virgínia Borges que tornavam as aulas ainda mais divertidas com suas presenças e participações. Além da fraternidade que se enraizou entre nós.

## RESUMO

O presente trabalho monográfico teve como tema: “Formação escolar das crianças de um assentamento: Um estudo na perspectiva dos movimentos sociais e da educação do campo”. A proposta deste trabalho foi analisar a relação entre educação escolar e o processo de militância social das crianças do assentamento. Tratou-se de resultado de uma pesquisa de campo, caracterizada como qualitativa. A metodologia utilizada inspirou-se no estudo de caso, uma vez que discute a experiência de educação escolar de alunos de um assentamento. Como fundamentação teórica nos direcionamos aos estudos de Arroyo e Fernandes (1999); Caldart (2004); Wrublevskie Vendramin e (2009) e Freire (2013). Os resultados obtidos revelam que, apesar das muitas vitórias alcançadas pela Educação do Campo, ainda há um longo caminho a caminhar, situações a serem superadas como a criação de mais escolas do campo e ações nas escolas da cidade que viabilizem o fortalecimento das crianças inseridas em movimentos sociais na luta por direitos. O que foi percebido na pesquisa é que, apesar da escola da cidade trabalhar tentar adequar-se a realidade das crianças, ainda fica um abismo que separa dois mundos, pois dentro das escolas urbanas estudadas não há professores com formação em educação do campo, nem inseridos em movimentos sociais, além disso, essas crianças são minoria em sala de aula, e até sentem vergonha de serem identificadas como militantes, desfavorecendo toda a luta que deveria encontrar apoio em um ensino voltado para o universo delas.

**Palavras-chave:** Educação do Campo. Escola. Movimentos Sociais.

## ABSTRACT

This monograph was titled: "School education of children of a settlement: A study from the perspective of social movements and rural education." The purpose of this study was to analyze the relationship between education and the process of social militancy of the children of the settlement. This was the result of a field research, characterized as qualitative. The methodology was inspired by the case study as it discusses the education experience of students of a settlement. As theoretical foundation in we direct the studies of Arroyo and Fernandes (1999); Caldart (2004); Wrublevskiand Vendramin(2009) and Freire (2013). The results show that despite the many victories achieved by the Rural Education, there is still a long way to walk, situations to be overcome as the creation of more schools in the field and actions in city schools that enable the strengthening of children placed in social movements in the struggle for rights. What was perceived in the survey is that despite the city's school work trying to adjust to the reality of children, there is still a gulf separating two worlds, as in the studied urban schools there are no teachers trained in rural education, or embedded in social movements, in addition, these children are in the minority in the classroom, and even feel ashamed to be identified as militants, disadvantaging whole fight that should find support in a school facing the universe of them.

**Keywords:** Rural Education. School.Social Movements.

## **LISTA DE SIGLAS**

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CNER – Campanha Nacional de Educação Rural

CPC – Centros Populares de Cultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MCP – Movimentos de Cultura Popular

MEB – Movimento de Educação de Base

MEC – Ministério da Educação

MST-Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PPP – Projeto Político Pedagógico

PRONERA – Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária

SSR – Serviço Social Rural

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
1. MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO: ENTRELACES E INTERFACES .....	16
2. A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	23
3. PERCURSO METODOLÓGICO: ABORDAGEM, CAMPO, SUJEITOS E PERCURSO DA PESQUISA.....	28
4. RESULTADO DA PESQUISA .....	30
4.1 Caracterização do Assentamento, lugar dos sujeitos da pesquisa .....	30
4.2 Pertencimento dos estudantes à escola.....	32
4.3 Relação entre os conteúdos e conhecimentos trabalhados na escola com a dinâmica do movimento social .....	33
4.4 Contribuição da escola para o movimento social.....	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	38
REFERÊNCIAS .....	39
APÊNDICE.....	40

## INTRODUÇÃO

A educação do Campo nos últimos quinze anos tem se configurado num movimento nacional e vem ocupando espaço na agenda política, sobretudo no campo das políticas públicas. Esta agenda foi pautada pelos movimentos e organizações sociais populares do campo. É crescente o número de pesquisas, teses e cursos que buscam aprofundar a concepção e práticas da educação desenvolvida, pelas populações do campo.

Em 2002 foi promulgada as Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo (resolução nº 1/2002 do CNE/CEB). Estas diretrizes se constituem numa importante marco na luta pelo reconhecimento da necessidade dos povos do campo ter acesso a um ensino escolar que esteja articulado à sua vida e às suas lutas. Apesar da primeira Lei específica de educação do campo ter sido sancionada há doze (12) anos, a concepção de Educação do Campo ainda aparece muito diluída ou inexistente na prática de muitas escolas que atendem os filhos (as) camponeses. A formação inicial oferecida nos cursos de pedagogia e nas licenciaturas, pouco oferece de conhecimentos necessários para que estes profissionais desenvolvam uma prática condizente às orientações legais e, sobretudo às necessidades das populações atendidas.

Neste sentido em 2013 foi ofertado pela Secretaria Estadual de Educação, em parceria com a Universidade Estadual da Paraíba um curso de especialização intitulado: Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares.

No decorrer deste curso, houve a apresentação do seminário Educação e Trabalho: Reflexões em torno dos movimentos sociais do campo da autora Célia Regina Vendramini, cuja análise buscou maximizar as ações socioeducativas do movimento dos Sem-Terra, em especial as que se situam no campo do trabalho, da cooperação e da educação, além de abordar os vários sujeitos existentes no campo e mostrar quais foram os avanços políticos consideráveis na Educação do campo.

Durante a apresentação, uma das integrantes da equipe, no decorrer de sua fala esboçou um grande sentimento, relatando que ela sofreu durante sua infância e adolescência fortes ameaças no campo, pois a mesma estudava em uma escola da cidade e tinha que se deslocar todos os dias campo-cidade para poder prosseguir nos estudos.

Nesses deslocamentos, por diversas vezes, passava por homens fortemente armados a mando de grandes latifundiários que temiam perder suas terras para o movimento dos trabalhadores sem-terra ao quais alguns de seus familiares pertenciam e lutavam para ter um lugar para poder executar suas tarefas campesinas; além disso, ela relatou a crise que seus parentes pertencentes ao movimento passavam, salientando, sobretudo a fome que imperava.

Ouvindo estes nos fez pensar numa realidade que pode parecer invisível ou às vezes, camuflada: a realidade da vida dos camponeses (as) e particularmente das crianças camponesas que frequentam a escola.

São atualmente 76,2 mil escolas situadas no campo, conforme dados do MEC. No nordeste 60% das escolas são rurais conforme dados do INEP/2007. Contudo, se considerarmos que nos últimos 10 anos foram fechadas no Brasil, 37.776 mil escolas no campo<sup>1</sup> (dados do MEC 2012), temos um grande contingente de estudantes do campo estudando na cidade. A questão que colocamos é: como essas escolas veem e tratam a realidade desses estudantes?

A lei 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional diz em seu artigo primeiro que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações de sociedade civil e nas manifestações culturais e que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Mesmo a própria legislação educacional reconhecendo a importância de a escola vincular-se às práticas sociais, verificamos, sobretudo no campo, um vasto distanciamento entre o que a escola ensina e como ensina, com a vida e prática social dos estudantes.

Relacionar prática social com educação escolar exige uma aproximação da escola com os movimentos e organizações sociais. Os movimentos sociais do campo lutam e exigem uma educação que tenha enfoque na sua realidade, ficando clara a necessidade de diálogo e parceria entre o processo formativo escolar e as práticas sociais dos movimentos. O que caracteriza a Educação do Campo. Daí surge diversas

---

<sup>1</sup><http://revistaescola.abril.com.br/educacao-rural/>

questões, sendo uma delas: qual a relação que a escola estabelece com a realidade e contexto dos estudantes do campo?

É neste sentido que queremos pesquisar esta relação tomando como questão de pesquisa a seguinte pergunta: Qual a relação entre a educação escolar e o processo de militância social das crianças do assentamento? A escola contribui no processo de militância social dessas crianças?

Reconhecemos a relevância social e acadêmica deste estudo por ele desconstruir uma perspectiva universal de educação e apontar para a reflexão da função social da escola. Também permitirá um olhar as diferentes particularidades do campo, em especial daqueles que seguem na militância política em assentamentos rurais. Entender o papel da escola neste processo é fundamental para o fortalecimento da luta desses movimentos que buscam não apenas melhores condições de vida, mas, sobretudo reconhecimento das suas identidades e formas de existência.

Assim este trabalho possui como objetivo geral: analisar a relação entre educação escolar e o processo de militância social das crianças de um assentamento.

Os objetivos específicos que nortearão esse trabalho são:

- Refletir a relação entre Movimentos Sociais e Educação do Campo;
- Discutir a função social da escola tendo como referência as diretrizes da educação do campo.
- Refletir sobre o processo escolar direcionado às crianças do assentamento a partir da educação formal.

No processo de fundamentação teórica desse trabalho contamos com a contribuição de Arroyo e Fernandes (1999); Caldart (2004); Wrublevskie Vendramin (2009); Freire (2013) e as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo.

Como metodologia, desenvolvemos uma pesquisa de campo, qualitativa do tipo exploratória, sendo desenvolvida a partir do estudo de caso e guiada por uma pesquisa de campo.

O trabalho está organizado em quatro capítulos, precedidos por uma introdução, como parte inicial e algumas Considerações finais, como parte final do texto.

Na introdução apresentamos o tema da pesquisa, sua importância, a questão problema a partir da qual desenvolvemos o trabalho, os objetivos, a fundamentação teórica e metodológica da pesquisa.

No capítulo 1 foi abordado a contribuição dos movimentos sociais no desenvolvimento educacional das crianças inseridas nele além de explorar os processos históricos e a concepção de Educação do Campo. No capítulo 2 analisamos qual a função social da escola sob a ótica da Educação do Campo, comparando escola tradicional à escola itinerante já implantada pelo MST. No capítulo 3 expusemos o percurso metodológico, sendo explicitados a abordagem, o campo, os sujeitos e o percurso da pesquisa. No capítulo 4 trazemos os resultados da pesquisa, expondo as entrevistas feitas com as crianças, os responsáveis, o gestor da escola e ao secretário da Associação dos trabalhadores rurais do assentamento. E no capítulo 5 apresentamos as considerações finais

## **1. MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO: ENTRELACES E INTERFACES**

A Educação Rural nasce com o intuito de levar conhecimento ao homem do campo, porém produzido e enfatizado nas ideias da cidade. Assim sendo, percebe-se uma negação do urbano para com as declarações reais das necessidades pedagógicas do meio rural, criando assim um modelo educacional hierarquizado onde as escolas citadinas são consideradas por muitos, erroneamente, como as instituições responsáveis pelas patentes mais elevadas enquanto as escolas do campo terão sempre os alunos mais atrasados e os piores déficits educacionais.

Existe ainda a concepção de que a escola urbana é melhor do que a rural e faltam políticas para uma Educação do Campo de qualidade. O que está em questão aqui é a oferta de cursos de Educação Profissional, com direito público ao homem e a mulher do campo, dando-lhe opção de permanência no meio ou prosseguimento de estudo, buscando a identificação com a sua luta histórica que contemple suas reais necessidades, voltada para o desenvolvimento rural (COSTA et al., 2004, p.23).

A Educação do Campo, segundo a reivindicação dos movimentos sociais, deve ser uma educação qualificada: que garanta a escolarização e qualificação social e profissional. Entendendo que no âmbito da qualificação profissional, deve ser fortalecida a agricultura familiar. O agricultor, enquanto profissional deve ter domínio de conhecimentos que a escola pode fornecer possibilitar e que é fundamental para se construir a sustentabilidade do campo e da vida do camponês.

Temos uma larga história que sempre defendeu que os saberes que a escola rural deve transmitir devem ser poucos e úteis para mexer com a enxada, ordenhar a vaca, plantar, colher, levar para a feira... Aprender apenas os conhecimentos necessários para sobreviver e até para modernizar um pouco a produção, introduzir novas tecnologias, sementes, adubos, etc. Essa visão utilitarista sempre justificou a escola rural pobre, os conteúdos primaríssimos, a escolinha das primeiras letras (ARROYO e FERNANDES, 1999, p.17).

Mas será que ensinar as crianças do campo o manuseio com a enxada, o plantar, o colher, etc. é suficiente para se construir uma escola de jovens pensantes? Será que aprender o domínio de afazeres domésticos e profissionais é, por si só, necessário para termos jovens camponeses conscientes para enxergar e discutir as irregularidades e injustiças que acometem o campo? Se isso não é suficiente então que outros meios podemos usar para ampliar essa ideia de Educação do Campo?

Educação do Campo combina com Reforma Agrária, com Agricultura Camponesa, com agroecologia popular. E, é este, pois, o debate político que nos interessa fazer: como combater o latifúndio e a agricultura centrada no negócio; e como fortalecer um modelo popular de agricultura, identificando as características da produção camponesa que devem ser preservadas, e também as que devem ser transformadas na perspectiva de um outro projeto de desenvolvimento(CALDART, 2004, p.8).

Uma importante e significativa mudança de teoria e de prática no que se refere à educação rural foi desencadeada pelo movimento nacional em defesa da construção de uma escola do campo, vinculada ao processo de construção de um projeto popular para o Brasil, que inclui um novo projeto de desenvolvimento para o campo. Nesta orientação, foram realizadas diversas Conferências estaduais e nacionais, sendo a primeira Conferência nacional, “Por uma Educação Básica do Campo”, realizada em 1998e organizada pelo MST, CNBB, UNICEF e UNESCO. Essa primeira conferência inaugurou uma nova referência para o debate e a mobilização popular: Educação do Campo e não mais Educação rural ou educação para o meio rural, ao reafirmar a legitimidade da luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para os sujeitos que vivem e trabalham no campo. Observamos que a educação do campo foi incorporada e/ou valorizada na agenda de lutas e de trabalho de um número cada vez maior de movimentos sociais quepode ser conferido pelo conjunto de promotores e apoiadores da II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, ocorrida em Luziânia (GO), em 2004.

Assim fica claro que essa Educação do Campo não surge do nada, mas de mobilizações que emergem de movimentos sociais, além dos trabalhadores do campo, da luta social pelo estabelecimento de leis e aplicação destas em políticas públicas humanizadoras e dotadas de um caráter que compreenda os mais variados aspectos dos sujeitos do campo com relação à sua formação educacional. Isto é resultado de uma organização coletiva dos próprios trabalhadores do campo que lidam com o desemprego, com os grandes latifundiários, com a propaganda de um estereótipo deles chamado de Jeca Tatu, que nada mais é do que um homem atrasado com relação as inovações como um todo, além de lidar com a precarização do trabalho e a falta de condições materiais de sobrevivência para todos.

Lutar por incluir a educação dos povos do campo nas políticas públicas não significa esperar que a sonhada modernização do campo pelo agronegócio demande novas políticas de educação. Os movimentos sociais têm outra concepção de educação e de público(COSTA et al., 2004, p.5).

A intenção da luta dos movimentos sociais por uma Educação do Campo difere da busca pela modernização do agronegócio, no sentido que o foco do primeiro é pensar as especificidades do homem camponês, enquanto que o segundo se baseia na busca da lucratividade.

A Educação do Campo precisa pensar a educação do conjunto da população do campo, mas seu projeto educativo está sendo construído desde uma perspectiva de classe e desde a experiência política e pedagógica dos Movimentos Sociais Camponeses; isto também é algo inédito na história de nosso país, e é um traço de nossa identidade a ser cultivado com muito cuidado, ao mesmo tempo se constitui como um grande desafio para os Movimentos: descentrar-se de suas demandas educativas específicas para pensar em um projeto de educação para o conjunto do povo brasileiro que trabalha e vive no e do campo (CALDART, 2004, p.12).

A integração entre Educação do Campo e Movimentos sociais nos leva a compreender o processo educativo das crianças do campo como sendo algo mais voltado a compreensão de questões sociais além de alavancar questões de caráter indagativas do próprio meio em que se vive. Além de proporcionar um desenvolvimento educacional condizente com a realidade e questionador.

A escola é mais um dos lugares onde nos educamos. Os processos educativos acontecem fundamentalmente no movimento social, nas lutas, no trabalho, na produção, na família, na vivência cotidiana. E a escola, que tem a fazer? Interpretar esses processos educativos que acontecem fora, fazer uma síntese, organizar esses processos educativos em um projeto pedagógico, organizar o conhecimento, socializar o saber e a cultura historicamente produzidos, dar instrumentos científico-técnicos para interpretar e intervir na realidade, na produção e na sociedade. A escola, os saberes escolares são um direito do homem e da mulher do campo, porém esses saberes escolares têm que estar em sintonia com os saberes, os valores, a cultura, a formação que acontece fora da escola (ARROYO e FERNANDES, 1999, p.14).

É por essa busca de valores que o movimento social no campo luta pela dignidade, pela humanização das crianças, jovens, mulheres, homens do campo, pela humanização do trabalho, das estruturas e das relações sociais.

A questão histórica da Educação do Campo nos revela a resistência de movimentos sociais, e a sua busca em ter acesso a meios que facilitem o ensino de maneira que a escola enxergue realidade vivida pelos sujeitos.

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade (CALDART, 2004, p. 15).

Entendemos ser importante salientar que a educação do campo não é resultado de uma ação de gabinete ou conchavos políticos, mas emerge das lutas sociais, da ação dos movimentos e organizações sociais populares que entendem a educação como elemento estratégico no processo de construção de um projeto de desenvolvimento do campo no qual os camponeses são os protagonistas deste processo.

A Educação do Campo nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas. E ao nascer lutando por direitos coletivos que dizem respeito à esfera do público, nasceu afirmando que não se trata de qualquer política pública: o debate é de forma, conteúdo e sujeitos envolvidos (CALDART, 2004, p. 15).

No surgimento da Educação do Campo fica evidente o conflito entre dois grupos: de um lado, o latifundiário, com sua ideia de campo como negócio e lucro; e do outro lado, o homem do campo, que vê a terra como lugar de vida.

A educação destinada ao meio rural existe desde a República Velha. No entanto, sua existência não legitima a homologação de políticas públicas de Estado destinada aos trabalhadores rurais. A educação era um privilégio das camadas mais ricas da sociedade e que determinava a não-existência de políticas e, muito menos, de vontade por parte dos governantes em oferecer o direito de cidadania da educação aos camponeses que estavam condenados ao analfabetismo e à exploração (DO NASCIMENTO, 2009, p. 87).

Percebemos que a ideia dos governantes não era de garantir uma educação que respeitasse o homem do campo e humanizasse o processo ensino-aprendizagem. Mas, para iniciar medidas que conduzissem esse sujeito a permanecer no seu território por conta do grande movimento migratório que ocorreu na década de 1920 e é nesse contexto que surge o “ruralismo pedagógico”.

Essa onda migratória toma uma proporção ainda maior na década de 1950 o que leva o governo a tomar medidas com maior amplitude para fazer permanecer os sujeitos do campo no campo.

Em 1950, há a criação da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e do Serviço Social Rural (SSR) que preparava técnicos para atuar no meio rural em várias áreas, tais como: educação de base ou alfabetização, melhoria de vida, saúde, associativismo, economia doméstica, artesanato, entre outros (DO NASCIMENTO, 2008, p. 87).

A finalidade de se investir na educação para o homem camponês possuía um viés estratégico de controle ao êxodo rural, além disso, a educação rural na lei 4.024/61 continuou negando as particularidades do campo brasileiro.

A partir da década de 1950-1960, porém, emergem e se consolidam movimentos ligados às mais variadas instâncias sociais, como os Movimentos de Cultura Popular (MCP), do qual participou Paulo Freire, o Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e os Centros Populares de Cultura (CPC), criação pela União Nacional dos Estudantes (UNE) (ANTONIO e LUCINI, 2007, p.41).

É nesse período que muitas lutas sofrem tentativas de silenciamentos por parte dos governantes, onde a união entre essas diferentes instâncias sociais não é apenas um encontro, e sim uma estratégia para fortalecer a resistência. Importante ressaltar que é nesse contexto que, o educador Paulo Freire apresenta uma proposta de educação libertadora, refletindo na necessidade de um olhar mais humano para a Educação Popular.

Essa união tornou mais forte a militância, mas foi somente nos anos 90 que a Educação do Campo tornou-se mais notada.

Nos anos de 1980, com a ampliação do número de ocupações e assentamentos organizados no MST, as questões educacionais dos camponeses e trabalhadores rurais ficaram mais visíveis. A existência de um número reduzido de escolas e o trabalho com conteúdos caracterizados pela ideologia do Brasil urbano fizeram com que o movimento social iniciasse novas experiências e produzisse documentos mostrando as necessidades e as possibilidades na construção de uma política pública de educação do campo(SOUZA, 2007, p. 58).

Nesse momento o movimento questiona a educação rural e sugere a Educação do Campo como novo paradigma a ser implantado.

A partir dos anos 1990, devido a essas experiências do MST, da CPT, do MEB e de várias outras entidades e movimentos sociais que atuam no campo, a Educação do Campo ganha maior notoriedade.

As discussões sobre educação do campo foram fortalecidas a partir das experiências do MST, em especial na organização dos espaços públicos, como o I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (1997) e a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo (1998). Na década de 1990, vários estados organizaram projetos de educação de jovens e adultos, acumulando experiências para a elaboração do Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária (1998) (SOUZA, 2007, p. 58).

A I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo fortaleceu a participação da Educação do Campo na agenda política. Todos os eventos anteriores serviram para fortalecer a Conferência, além dos encontros posteriores com entidades nacionais, como a CNBB e internacionais, como a UNESCO e UNICEF, que foram fundamentais para dar uma sustentação ao direito à educação e a valorização das experiências do MST.

Ainda na década de 90, em decorrência da luta dos movimentos sociais, a Educação do Campo avançou no âmbito das políticas públicas e foram efetivados importantes programas na perspectiva da ampliação de acesso dos povos do campo à escolarização. Neste sentido ressaltamos o PRONERA (Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária), Saberes da Terra e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo.

Diante dessa exposição sobre a concepção de educação do campo queremos apresentar de forma preliminar três programas de educação do campo que se efetivaram durante os anos 90 nos governos de FHC e Lula. Tais programas são: Pronera, Saberes da Terra e o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (DO NASCIMENTO, 2009,p.90).

Esses programas, que são, na verdade, resultados da organização e reivindicação dos movimentos, fortaleceram ainda mais a luta por uma Educação do Campo e em 2002 ocorre a II Conferência Por uma Educação do Campo que vem fortalecer ainda mais essa luta.

Os passos acima apresentados foram marcantes para a Educação do Campo, passos que ajudaram a romper com visões urbanas impostas a este espaço e que proporcionaram novas expectativas de futuro com relação à população camponesa.

Na II Conferência Por uma Educação Básica do Campo, ocorrida em 2004, fica exposta a ideia de um projeto de sociedade que seja mais justa e igualitária, a partir da educação e que seja contrária ao agronegócio e favorável à reforma agrária.

Assim, é possível afirmar que a Educação do Campo toma corpo através de várias redes sociais que procuram envolver os próprios sujeitos do campo para que se tenha uma maior valorização da cultura camponesa.

Diante de toda a luta para consolidar a Educação do Campo, podemos afirmar que a educação rural perde espaço, pois, a primeira abrange a realidade dos sujeitos.

Educação do Campo é um conceito em movimento como todos os conceitos, mas ainda mais porque busca apreender um fenômeno em fase de constituição histórica; por sua vez a discussão conceitual também participa deste movimento da realidade. Trata-se na expressão do professor Bernardo Mançano, de uma disputa de “território imaterial”, que pode em alguns momentos se tornar força material na luta política por territórios muito concretos, como é o destino de uma comunidade camponesa, por exemplo (CALDART, 2004, p. 14).

Essa realidade, que é repleta de contradições, não pode ser esquecida pela escola e sim, ser debatida e explicitada. Quanto ao conceito do que seja a Educação do Campo, ainda não temos um conceito fixo do que seja ela, pois conectá-la a algo estável poderia ameaçar o “estar em movimento”.

O conceito de Educação do Campo é novo, mas já está em disputa, exatamente porque o movimento da realidade que ele busca expressar é marcado por contradições sociais muito fortes. Para nós o debate conceitual é importante à medida que nos ajuda a ter mais claro quais são os embates e quais os desafios práticos que temos pela frente. No debate teórico o momento atual não nos parece ser o de buscar “fixar” um conceito, fechá-lo em um conjunto de palavras: porque isso poderia matar a ideia de movimento da realidade que ele quer aprender, abstrair, e que nós precisamos compreender com mais rigor justamente para poder influir ou intervir no seu curso (CALDART, 2004, p. 14).

Porém a Educação do Campo sabe o que nega e o que aceita para si. Ela é uma denúncia, um lutar contra e também uma resistência ao sistema operante. Negando considerar natural que a população campesina seja vista como atrasada ou inferior. Nega que os conhecimentos produzidos pelos camponeses sejam considerados como pura ignorância.

Ela também é positividade: essa resistência não é passiva, mas baseada em ações (experiências, encontros, conferências...) que se organizam em busca de políticas públicas capazes de criar uma perspectiva de transformação social e de emancipação humana.

Nessa perspectiva, a Educação do Campo baseia-se em fazer anular as injustiças que acometem o próprio campo e seus sujeitos; além de buscar uma modificação social que traga melhores condições de vida às populações campesinas.

## 2. A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Historicamente, as práticas educativas surgem das necessidades de diferentes grupos sociais em acessar a educação. A consolidação de traços coloniais na base social brasileira, na política e na administração pública está enraizada no meio rural e patriarcal.

Esses traços coloniais vão além das relações históricas, ligada a esta estrutura, a educação rural é um exemplo nítido dessa ordem estabelecida, como afirma Leite,

A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade” (LEITE, 1999, p. 14).

Perpetuou-se, assim, uma ideia de que as pessoas que vivem no meio rural não necessitavam de uma formação escolar, pois defendeu-se que a função dos trabalhadores rurais se limitava a plantar e colher.

Na educação das escolas do MST procura-se vincular trabalho e educação, dando um sentido mais amplo a importância do conhecimento adquirido em ambiente escolar para ser usado no dia a dia.

Consideramos que a educação permite a socialização para o trabalho, para a vida social e para a inserção social; o aprendizado, de acordo com as necessidades históricas; o intercâmbio entre o homem e o meio; a transmissão de conhecimentos, valores, comportamentos, regras, cultura de um modo geral (MACHADO e VENDRAMINI, 2011, p.80).

Percebe-se a aceitação de valorizar o conhecimento já existente e somar a ele à educação escolar, no intuito de reforça-lo e manter o elo entre eles fortalecido. Segundo Machado e Vendramini(2011) a relação existente entre trabalho e educação foi concebida no âmbito do marxismo, baseando-se na suposição do trabalho como um elemento que liga o homem à natureza para a produção da existência humana.

O trabalho no socialismo passa a ser visto como um complemento na formação educacional e profissional das crianças. Esse pensamento sustentou a experiência educacional socialista do início do século XX, onde as escolas que uniam educação e trabalho também deveriam ser condizentes com o próprio socialismo.

Dentro do MST tem-se buscado relacionar ensino e produção material, não que a escola deva produzir toda a estrutura para modificar a realidade já existente mas para que haja um diálogo entre esses dois, no intento de ser analisados os resultados sociais desse entrelaçamento.

Essa preocupação aparece de forma mais concreta e sistematizada nos anos de 1990, quando se avolumam os assentamentos e a questão da produção e do trabalho começa a assumir uma dimensão maior. A realidade mostra que a luta não pode se reduzir à conquista da terra, mas deve se estender aos meios e formas de produção, conforme o lema do II Congresso Nacional do MST: “Ocupar, resistir e produzir.” As questões sobre a forma de organização dos assentamentos (individual ou coletiva), do trabalho (individual/familiar ou cooperado), da produção ( em lotes ou em grandes áreas comuns ) entram no debate (MACHADO e VENDRAMINI, 2011, p. 88).

O discurso da necessidade de articular trabalho e educação está muito presente na fala dos educadores, com o intuito de seguir uma direção humana e de emancipação.

A forte organização social nos movimentos facilita um envolvimento maior entre escola e comunidade, ajudando em uma maior participação da comunidade na elaboração do Projeto político-pedagógico e até em articulação com o ensino e a produção material dos assentados.

Para Pistrak (2000), o objetivo fundamental da escola é estudar a realidade atual, penetrá-la, viver nela. Nesse sentido, “o trabalho na escola, enquanto base da educação, deve estar ligado ao trabalho social, à produção real, a uma atividade concreta socialmente útil” (p.38). Com relação à organização. Pistrak defende que “a criança e, sobretudo, o adolescente não se preparam apenas para viver, mas já vivem numa verdadeira vida. Devem consequentemente organizar esta vida” (PISTRAK apud VENDRAMINI, MACHADO, 2011, p. 92).

Com base nas ideias de Pistrak, pensamos a função social da escola. A escola como um espaço educativo específico que através da socialização e produção do conhecimento ajuda o estudante a penetrar a sua realidade, a desvendá-la. É neste sentido que concordamos que a escola deve se manter dentro da vida da criança, compreendendo que esta não espera concluir a educação formal para, assim, começar a viver. Além disso, deve associar os ensinamentos a uma real vivência do educando, construindo uma aprendizagem em uma ideia social útil.

No ideal de uma formação articulada com a realidade, com a luta travada pelos acampados e assentados em torno do MST, há uma preocupação com a formação para o trabalho no campo. A preocupação com o “trabalho” está na raiz da formação do MST. É justamente a falta “dele” que aglutina as pessoas em torno dos movimentos (MACHADO e VENDRAMINI, 2011, p. 95)

O trabalho segue como sendo um ideal de melhoria no campo, pois é a ausência dela que auxilia a geração de tantos conflitos, sendo assim, se articularmos ele com a educação irá resultar em melhores condições a população camponesa.

Dalmagro (2010), em sua tese de doutorado, faz uma análise dos documentos do MST que se referem à escola. No documento “Como deve ser uma escola de assentamento”, do Boletim de Educação n.1 (MST,1992), entre outros aspectos, observa que a “escola de assentamento deve preparar as crianças para o trabalho no meio rural.”, “deve capacitar para a cooperação.” “deve refletir e qualificar as experiências de trabalho produtivo das crianças de assentamento.”; “o ensino deve partir da prática e levar ao conhecimento científico da realidade”. A preparação para o trabalho no campo está entre os três grandes objetivos da escola junto à escolarização e formação de militantes (DALMAGRO, apud, MACHADO e VENDRAMINI, 2011, p. 95-96).

Para Dalmagro (2010) apud Machado e Vendramini (2011), o que torna o camponês no campo, de forma permanente, é o desenvolvimento de técnicas que o façam amar o trabalho agrícola, não havendo qualquer tipo de preconceito que inferiorize este do trabalho intelectual. Aprender conhecimento científico, assim como relações com a própria realidade deve ser proporcionado pela escola. Tornando-se um desafio para todos nós pensar em um projeto de educação que envolvam os trabalhadores e trabalhadoras do meio rural, tendo a educação do campo como norte.

Apesar de muitos avanços conquistados, ainda há uma grande dificuldade quando o assunto é relacionar educação e trabalho e vinculá-los ao Projeto Político-Pedagógico das escolas, visto que estes sofrem vários limites pelo próprio poder público.

Um dos papéis da escola é preparar o estudante, para o presente futuro que deve ser construído na própria sociedade na qual o sujeito está inserido. Desse modo o aprendizado se dá de maneiras diversas e diferentes. Uma escola aberta e democrática em que todos efetivamente participam, é não apenas um lugar de ensino, mas sobretudo de aprendizagem.

Nessa perspectiva, o aprendizado se expressa não unicamente dentro de uma sala de aula, mas em todo o espaço escolar e não só é encontrado nos livros, mas também em práticas que levem o aluno a participar, por exemplo, na escolha do gestor da própria instituição, além da convivência com o outro que faz gerar inúmeros conhecimentos. Fazer uso de práticas pedagógicas que insiram os educandos ao mundo do conhecimento, e anexando este ao mundo real, que é onde esse conhecimento será

aplicado é essencial para que venha surgir novas formas, novos olhares e novos desafios que levam a uma reflexão e até melhoria social.

Nos últimos anos, vem se expandindo entre os movimentos sociais populares do campo a ideia da educação itinerante, concretizada através das escolas itinerantes. Estas assim se denominam por acompanharem os trabalhadores do campo nas diversas circunstâncias em que se encontram na luta pela reforma agrária, mas que, nem por isso, abandonam a luta pelo direito à educação, particularmente, à escola. Ao contrário, buscam, desde as condições reais e concretas da vida, a garantia deste direito por vias legais, propondo e construindo uma forma escolar diferente, alternativa, não fixa a um determinado lugar, mas itinerante(RIBEIRO, 2011, p. 133).

O modelo de uma escola itinerante nos revela que esta se preocupa em acompanhar o homem do campo, em especial àquele que se encontra inserido na luta pela terra, ou melhor, àquele que participa de movimentos sociais em uma região para região, que não possui um lugar fixo, mas que também não abre mão de uma formação educacional.

No Brasil, em geral, os educadores são muito conservadores, e isto desperta um conflito para os próprios educadores no sentido em que as crianças que fazem parte de movimentos sociais partem de um sentimento de igualdade, pois vivem em um ambiente onde a hierarquia não tem muita força e a participação é intensa.

A experiência da escola itinerante no MST vai além de paredes, bancas e cadeiras que o capital acredita ser a sala de aula, ela nos revela uma formação educacional manifestada dentro do próprio movimento, através de várias maneiras mais humanizadoras.

A base da educação na escola itinerante encontra-se na prática, na participação do homem camponês na própria sociedade. É fácil perceber que nela não há laboratórios, bibliotecas, várias salas etc., mas podemos perceber a inserção da criança e do adolescente na realidade social, em outras palavras, é um modelo de escola extremamente participativa isso se reflete em uma educação que prepara para a vida, para a realidade. É preciso entender que a escola é uma instituição com uma construção social e histórica. A escola que conhecemos hoje não é apenas um reflexo das relações capitalistas, mas ela tende ao polo socialmente dominante daí a necessidade de um movimento em outra direção.

Não há dúvidas de que a escola tradicional faz prevalecer a classe hegemônica, a elite, possibilitando assim, um distanciamento aos interesses da classe trabalhadora, levando-os a ingressar em uma escola que o encaminha a um conhecimento que foge à sua realidade.

A experiência da escola itinerante, implementada pelo MSTnos leva a acreditar o quanto valioso é poder articular o ensino às práticas sociais, na compreensão de se conectar educação escolar às necessidades da população do campo, seguindo um entendimento de que através do ensino em sala de aula podemos projetar práticas sociais que corroborem para um processo de transformação e emancipação social.

### **3. PERCURSO METODOLÓGICO: ABORDAGEM, CAMPO, SUJEITOS E PERCURSOS DA PESQUISA**

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir das orientações metodológicas do Estudo de Caso, numa abordagem qualitativa do tipo exploratória.

Optamos por esta abordagem de pesquisa por considerá-la mais apropriada a uma pesquisa de evidência social, uma vez que possibilita a investigação focada numa análise ampla e diferenciada dos métodos quantitativos.

A pesquisa qualitativa é tipologicamente exploratória, pois nos permite levantar mais reflexões sobre o tema estudado. Nesta atuação temos a oportunidade de obter dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a situação do objeto de estudo (OLIVEIRA, 2010).

Construímos nossa pesquisa considerando a dinamicidade deste processo, estando alerta à necessidade de fazer e refazer o próprio percurso metodológico.

Assim a experiência de pesquisa se deu por meio de uma pesquisa de campo, realizada em Itabaiana, mais especificamente na zona rural conhecida por Caldeirão, tendo como sujeitos de pesquisa estudantes de um assentamento. Por questões éticas não citaremos o nome do assentamento.

Escolhemos como sujeitos da pesquisa três(03) adolescentes em que dois estudam o 8º e o 9º ano no turno da manhã na EEEF João Fagundes de Oliveira e um estuda o 3º ano Médio no turno da noite EEEF M. Dr.º Antônio Batista Santiago, o gestor da escola e os responsáveis destes três estudantes, além de pais de outros estudantes, inseridos no assentamento.

A escolha destes sujeitos se deu devido ao tempo que estão vinculados no assentamento e também ao fato de ser mais esclarecidos se compararmos com as crianças de menor idade.

Em relação ao percurso percorrido no processo de realização da pesquisa, o primeiro passo foi a definição do objeto e campo de pesquisa. Em seguida a partir dos estudos desenvolvidos durante o módulo Concepção e Fundamentos da Educação do Campo, no curso de Especialização a partir do qual resultou este Trabalho Monográfico,

definimos o referencial teórico elegendo os principais autores que foram apontados nos primeiros capítulos deste trabalho.

De acordo com principais elementos da pesquisa, fomos ao campo conhecer a escola e fazermos contato com professores(as) e gestores para solicitar a autorização para o desenvolvimento do trabalho.

Visitamos o assentamento, sendo acompanhada pelo Secretário da Associação, que também é motorista do município e responsável por levar as crianças do assentamento às escolas da cidade. Lá, podemos conhecer a história do assentamento, ouvindo as lutas e conquistas daquela população campesina.

Em seguida realizamos a pesquisa e organizamos os dados que serão apresentados no capítulo seguinte, a partir dos seguintes eixos:

- a) Caracterização do assentamento onde a escola está inserida;
- b) Pertencimento dos estudantes à escola;
- c) Relação entre os conteúdos e conhecimentos trabalhados na escola com a dinâmica do movimento social;
- d) Contribuição da Escola para o Movimento Social;

## **4. RESULTADO DA PESQUISA**

A presente pesquisa sobre a formação escolar das crianças de um assentamento teve como problema a seguinte questão: “Qual a relação entre a educação escolar e o processo de militância social das crianças do assentamento?”. Foi a partir desta questão que teceremos nossas reflexões, buscando analisar a relação entre educação escolar e o processo de militância social das crianças do assentamento.

Neste sentido organizaremos este capítulo a partir dos eixos apontados na metodologia.

- a) Caracterização do assentamento, lugar dos sujeitos da pesquisa
- b) Pertencimento dos estudantes à escola
- c) Relação entre os conteúdos e conhecimentos trabalhados na escola com a dinâmica do movimento social
- d) Contribuição da Escola para o Movimento Social

### **4.1 Caracterização do Assentamento, lugar dos sujeitos da pesquisa**

Segundo o Censo 2010, o município de Itabaiana possui 24.481 habitantes, localizada no agreste da Paraíba também é palco de movimentos sociais pelo direito a terra, possuindo quatro assentamentos: Nossa Senhora Aparecida I, localizado na zona rural Caldeirão; Almir Muniz, localizado na zona rural Mendonça; Pau-Brasil, localizado na zona rural Pernambuco e Santa Clara, localizado no bairro do Jucurí.

O assentamento objeto do nosso estudo abriga cerca de trinta famílias e antes de se tornar um assentamento, era um acampamento. Atualmente as famílias vivem da agricultura familiar, de trabalhos informais, do comércio na cidade, das aposentadorias e de programas de incentivos sociais, como é o caso do Bolsa Família do Governo Federal.

Existe um número total de trinta e duas crianças e adolescentes que estudam nas escolas da zona urbana, desse total vinte e dois alunos estudam no turno da manhã e dez alunos no turno da tarde, elas saem do campo em um transporte do município e seguem para as escolas municipais, estaduais e particulares.

Segundo relato oral do Secretário da Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento: “Antes de virar um assentamento, demorou cerca de sete, oito anos o pessoal esperando para poder entrar nessa terra. Começou em Salgado, de Salgado mudou para Santa Clara, de Santa Clara a gente ficou aqui na beira da linha, próximo a terra, só que não entrou.”.

Durante todo esse tempo, cerca de trinta famílias ficaram residindo embaixo de lonas, próximas a linha do trem e, segundo relato do mesmo não invadiram as terras, que estavam sem produção e sem habitantes, por acreditarem que iria piorar a situação deles na busca pelo direito a terra.

Depois que o INCRA comprou a terra, em março de 2011, ela foi distribuída entre os assentados, até então acampados, sendo cerca de 765 hectares de terra, sendo 20% reserva legal e cada assentado possui 16,5 hectares de terra.

Tendo casas separadas por cercas, sendo alguns de tijolos e outras de barro, casas pequenas e simples.

A ideia da coletividade foi algo que ficou explícito dentro do assentamento e, mesmo com as cercas que foram colocadas para demarcar o território de cada assentado, foi nítido perceber a recepção calorosa e amigável em cada casa que entrei na execução desse trabalho. Desmistificando a ideia que a mídia expõe de que são baderneiros.

Paulo Freire, revelou que num encontro público um jovem recém-entrado na universidade disse cortesmente: “Não entendo como o senhor defende os sem-terra, no fundo são uns baderneiros, criadores de problemas”.

“Pode haver baderneiros entre os sem-terra”, disse, “mas sua luta é legítima e ética”. “Baderneira” é a resistência reacionária de quem se opõe a ferro e a fogo à reforma agrária. A imoralidade e a desordem estão na manutenção de uma “ordem” injusta (FREIRE, 2013, p. 69).

Atualmente existe uma Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento, composta por nove membros, tendo um local para reuniões e é de lá onde, grupalmente, se toma as decisões que envolvem o assentamento.

Não há nenhuma escola dentro do assentamento, sendo necessário ir à cidade em busca da educação formal. A prefeitura disponibiliza um ônibus do município, nos turnos da manhã e tarde, e leva as crianças e adolescentes as suas unidades de ensino, sendo elas: EEEF João Fagundes de Oliveira, EEEF Professor Maciel, EEEFM Dr.

Antônio Batista Santiago, CAIC, EMEF Benedito da Silveira, Escola Caminho das Letras e Paraíso das Crianças, sendo estas duas últimas particulares.

## **4.2 Pertencimento dos estudantes à escola**

Tivemos a intenção de saber qual era o sentimento das crianças com relação à escola em que elas estudam e lancei a seguinte indagação no questionário: Você gosta de estar na escola? O fato é que unanimemente a resposta foi sim. Todas responderam sim!

O que prevaleceu como justificativa foi que na escola eles aprendem coisas novas, como foi o caso da aluna do 9º ano que respondeu: “Sim. Pois lá eu aprendo coisas novas tanto com meus colegas quanto com meus professores”. E outra estudante, do 8º ano, respondeu, resumidamente, “sim, por aprender várias coisas”. Felizmente foi percebido que a escola é um ambiente por eles considerado como informativo e agradável.

Já outro aluno, também estudante de uma escola pública da rede estadual e cursando o 3º ano respondeu que sim, “pois é ótimo para aprender e se preparar para concurso”, logo após, perguntei como ele introduzia o que aprendia na escola dentro do movimento social, a resposta foi sim, “introduzo o respeito e a educação que é bom para conviver com os outros”. Quando fizemos a segunda pergunta (Como você introduz o conhecimento que recebe na escola no movimento social?) a aluna do 8º ano ela respondeu com um não. Tentamos, através de conversa informal, já não com o questionário, arrancar mais detalhes sobre aquela resposta e o que obtive foi apenas um balançar de cabeça que explicitava uma negação, resolvemos considerar aquela pequena resposta como sendo uma grande resposta, pois aquela negação conseguia responder a tantas outras perguntas.

Apesar da unanimidade de todos com relação ao sentimento para com a escola, pode-se perceber, na segunda pergunta que a escola não consegue ser conivente com a realidade em que essas crianças estão inseridas, com a preparação dessas como sujeitas fortalecedoras de ideias que contribuam na militância do movimento e isto, favorece um distanciamento desses estudantes para com o meio em que eles vivem. Mesmo que

o estudante do 3º ano ter respondido que consegue introduzir algo e esse algo vem a ser o respeito e a educação, que são de grande valia, mas ele mesmo não conseguiu especificar como usava esses dois valores dentro do movimento e isto foram percebidos em conversas informais.

### **4.3 Relação entre os conteúdos e conhecimentos trabalhados na escola com a dinâmica do movimento social**

É fato que as crianças do assentamento não têm uma educação formal que segue as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, na verdade, elas nem chegam a ter uma escola no assentamento ou em uma localidade na zona rural próxima a ele, pois, como foi dito anteriormente, essas crianças frequentam as escolas da zona urbana da cidade de Itabaiana.

Para nos certificarmos sobre os conteúdos que estas crianças veem em sala de aula, resolvemos perguntar a elas mesmas, a seus responsáveis e a um gestor de uma das escolas. Para as crianças fizemos a seguinte pergunta: “Em sua opinião, os conteúdos que são vistos na escola podem ser aplicados no seu dia a dia” (pessoalmente explicamos que esse dia a dia se referia ao movimento social) a resposta das crianças, unanimemente, foi sim, em que uma aluna não justificou, outro respondeu que ajuda na escrita, respeito e educação e outra especificou que na matéria de ciências aprende coisas que pode praticar nas árvores.

Mais uma vez, apesar de ouvirmos uma resposta agradável, não podemos dizer que a justificativa foi à altura, pois em nenhum momento essas crianças explicitaram que é trabalhado e discutido na escola assuntos voltados a movimentos sociais, a luta do homem pela terra, por uma reforma agrária, por exemplo.

Quando interrogamos um dos responsáveis sobre a opinião dele na contribuição da escola no processo de militância de seu filho, a resposta que recebemos foi que ela nunca escutou a filha falando coisa boa da escola e que os amigos de sua filha não queriam mais serem amigos dela (da filha) por ela ser uma sem-terra. Depois, a essa mesma mãe, indagamos: “De que forma o conhecimento que sua filha aprende na escola é aproveitado pelo movimento social”; ela respondeu: só a parte da leitura e escrita,

mas aplicação no dia a dia não há. Os outros dois responsáveis que entrevistamos alegaram que seus filhos veem muita “coisa da rua”.

O direito à educação somente será garantido se articulado ao direito à terra, à permanência no campo, ao trabalho, à agricultura familiar, à cultura, aos valores e identidades da diversidade dos povos do campo. Logo, políticas intersetoriais para garantia da universalidade de direitos (COSTA et al., 2004, p. 6).

Estar na escola pública e gratuita não é o suficiente, deve-se também priorizar toda a diversidade de identidades que há. É necessário abrir escolas no campo e investir em formação de professores voltados a Educação do Campo para que se possa fortalecer a luta da população camponesa.

De um modo geral, qualquer proposta de Educação do Campo, seja nas áreas de assentamentos rurais, seja em áreas de agricultura familiar somente se consolida a partir dos levantamentos feitos junto a estas comunidades, lideranças dos movimentos sociais, dos problemas detectados em cada comunidade rural e dos problemas coletivos dos mesmos (COSTA et al., 2004, p. 23).

É triste dizermos, mas foi notório a perda da identidade dentro do próprio assentamento, muitos não sabiam da história e, lamentavelmente, todas as crianças que foram sujeitos dessa pesquisa refletiam uma certa vergonha em fazer parte do movimento.

Ao interrogarmos o gestor de uma das escolas que atende a crianças do assentamento, perguntamos: “Como é feita a elaboração dos conteúdos escolares?” E ele disse que primeiro é observado os conteúdos que são exigidos para cada série, esse currículo também é adaptado conforme as necessidades locais, temas transversais, questões geográficas, econômicas etc. Ele também revelou que a escola trabalha com Projetos escolares e que eles estão relacionados, principalmente, com leitura, escrita, matemática e as demais áreas do conhecimento e ainda explicitou que no PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola há uma preocupação com a adequação à realidade das crianças oriundas de movimentos sociais, pois, segundo ele, isso é de fundamental importância para o desempenho na aprendizagem das mesmas.

É preciso pensar também que tratar do direito universal à educação é mais do que tratar da presença de todas as pessoas na escola; é passar a olhar para o jeito de educar, quem é sujeito deste direito, de modo a construir uma qualidade de educação que forme as pessoas como sujeitos de direitos, capazes de fazer a luta permanente pela sua conquista. Neste sentido, a experiência dos Movimentos Sociais na formação da consciência do direito

precisa ser recuperada e valorizada pela Educação do Campo(CALDART, 2004, p.10).

O fato é que a educação é uma palavra de grande amplitude e que envolve uma diversidade de campos e sujeitos e nessa pesquisa ficou claro a necessidade dessas crianças a terem acesso a uma Educação voltada para o universo delas: a Educação do Campo, com educadores vinculados com o meio e que valorize autonomia delas.

Freire (2013) explica que no fundo, o essencial nas relações entre educador e educando, entre autoridade e liberdade, entre pais, mães, filhos e filhas é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia.

Não estou expondo que os educadores da cidade não sabem educar, mas quero explicitar a importância das especificidades dos sujeitos no meio educacional e a necessidade de formar profissionais que se adequem a ele pois não é dever da sociedade moldar a escola mas a escola que deve se transformar de acordo com a sociedade.

#### **4.4 Contribuição da escola para o movimento social**

Fazendo uso de um questionário, perguntei a uma aluna, cursando o 9º ano de uma escola estadual, se o que ela aprendia na escola condiz com o que ela vive dentro do movimento social e a resposta foi: “Não. Pois, muitas vezes, nas aulas, os livros e os professores querem dizer e afirmar que sempre têm um lado negativo e é muito difícil ser positivo, sempre essas pessoas estão errados e nunca certos”.

Logo após, em um momento de conversa informal, sem usar de questionários, nem qualquer meio que demonstrasse que estivéssemos em uma entrevista, pudemos perceber a vergonha que essa menina possuía por fazer parte de uma massa que teve seus direitos destituídos de si. Daí veio o relato oral dela, expondo que não fala para os amigos que faz parte de um assentamento porque imagina que eles irão pensar coisas ruins a respeito dela. Isto me fez lembrar as palavras de Paulo Freire, em que em sua obra intitulada como “Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa”, o mesmo relata que: “Do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida de que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades.

Toda vez, porém, que a conjuntura o exige, a educação dominante é progressista à sua maneira, progressista “pela metade””.

As forças dominantes estimulam e materializam avanços técnicos compreendidos e, tanto quanto possível, realizados de maneira neutra. Seria demasiado ingênuo, até angelical de nossa parte, esperar que a “Bancada Ruralista” aceitasse quieta e concordante a discussão, nas escolas rurais e mesmo urbanas do país, da reforma agrária como projeto econômico, político e ético da maior importância para o próprio desenvolvimento nacional. Isso é tarefa para educadoras e educadores progressistas cumprirem, dentro e fora das escolas. E tarefa para organizações não governamentais, para sindicatos democráticos realizarem. Já não é ingênuo esperar, porém; que o empresariado que se moderniza, com raízes urbanas, adira à reforma agrária. Seus interesses na expansão do mercado o fazem “progressista” em face da reação ruralista. Ou seja, a mudança não virá de cima, a mudança virá de mentes progressistas, de pessoas que pensam no homem.

Um estudante, cursando o 3º ano em uma escola da rede estadual, quando interrogado sobre como ele introduzia o conhecimento que recebe na escola dentro do movimento social, respondeu: “Introduzo tranquilamente, o respeito e a educação para conviver com os outros”.

Certamente foi uma boa resposta ao valorizar o respeito e a convivência com o outro, mas nada que tenha feito o adolescente pensar nele como ferramenta de interesse dentro de um movimento social, nada que o leve a questionar a sua importância como sujeito inserido em uma luta no campo, pois, mesmo sendo um assentamento já organizado, o próprio secretário da Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento deixou claro, em seu relato oral: “Vai fazer quatro anos que a gente tá vivendo aqui e não chegou nenhum projeto pra gente ainda. O governo dá a terra e também tem que dá condições da gente viver na terra”.

Em uma entrevista com a mãe da então aluna do 9º ano, afirmou: “Aqui, a gente não tem uma escola voltada para o homem do campo. Ensina muito, ensina, mas você não ver um colégio que ensino nada relacionado à agricultura familiar, ensine a como se manter no campo. A gente sabe que existem alternativas, mas através da escola normal

não tem esse incentivo porque o que ensina é mais coisa da cidade. De agricultura não fala e de Reforma Agrária, esse é que não fala mesmo”.

Ao respondera um questionário, o gestor da escola, de rede estadual de ensino, afirmou que a construção do PPP da escola se baseia na observação das necessidades da escola, levando em consideração as leis que regem o país e as linhas pedagógicas que estão de acordo com o pensamento pedagógico da escola.

Ao ser indagada se já foi convidada a participar de algum evento da escola que abordasse tema Movimento Social, ela respondeu: “Não. Tem muitas reuniões de pais e fala em que deve ser investido os recursos, essas coisas.” Segundo ela, o que realmente pode ser aproveitado é a parte da leitura e escrita, pois conhecimentos para serem aplicados, de acordo com a realidade que esses adolescentes vivem, não há.

Entrevistamos três mães e todas elas seguiram a mesma linha de resposta quando perguntadas sobre qual a contribuição que a escola vem dando no processo de militância de ser filho, onde todas disseram: “Lá, (se referindo à escola) eles veem muita coisa da rua”.

Segundo o secretário da Associação, em 2014, o assentamento foi visitado por representantes da Prefeitura Municipal de Itabaiana na tentativa de se elaborar um projeto que pretendia criar uma escola para atender àquelas pessoas. O projeto foi feito, mas a construção da escola ficou para ser em outro assentamento. No entanto, o projeto ainda não saiu do papel, pois nada foi concretizado.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa abordou a formação educacional das crianças de um Assentamento, discutindo sobre a influência desta no processo de militância e permitiu compreender que, as escolas da cidade seguem um parâmetro mais urbano, construindo assim, uma educação voltada para o estudante da cidade e tornando os alunos da zona rural cada vez mais distante de sua realidade, além de distanciá-lo de enxergar o seu papel dentro do movimento social.

Ainda que se manifeste, no assentamento, ações caracterizadas pelo meio rural, notamos com essa pesquisa que a educação formal recebida por essas crianças não condiz com a realidade que elas vivem.

Por fim, acreditamos que este estudo possibilite refletir sobre o processo educacional das crianças inseridas em movimentos sociais e o papel da escola diante das particularidades de seus estudantes.

## REFERÊNCIAS

ANTONIO, Clésio Acilino; LUCINI, Marizete. Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação. Cad. CEDES, Campinas , v. 27, n. 72, p. 177-195, Aug. 2007

ARROYO, M.; FERNADES, B. A educação básica e o movimento social do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n.º 2. Disponível em: <[www.gepec.ufscar.br](http://www.gepec.ufscar.br) > Acesso em: 08 de Ago. de 2014

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do Campo/ A construção da identidade da Educação do Campo. Seminário Estadual da Educação do Campo promovido pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Trabalho Necessário. Ano 2, Número 2: 2004.

COSTA, et al.. Por uma política pública de educação no campo. In: Conferência Nacional Por uma Educação do Campo, 2ª ed., Luziânia: 2 a 6 de agosto de 2004, 24 p.

DO NASCIMENTO, Claudemiro Godoy. Políticas “públicas” e educação do campo: em busca da cidadania possível?. 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire – 47º ed – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

IBGE, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 10 de Out. de 2014.

LEITE, S.C. Escola Rural: Urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

OLIVEIRA, Maria Marly de. Como fazer pesquisa qualitativa / Maria Marly de Oliveira. 3.ed. revista e ampliada – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SOUZA, M.A. A pesquisa sobre educação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nos Programas de Pós-Graduação em Educação. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 36, p. 443-461, 2007.

VENDRAMINI, Célia Regina; MACHADO Ilma Ferreira (Org.). Escola e movimento social: a experiência em curso no campo brasileiro, 1 edição,. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

WRUBLEVSKI, Bernardete; VENDRAMINI, Célia Regina (Org.) Educação do campo: desafios teóricos e práticos. Editora Insular, Florianópolis – SC, 2009.

## APÊNDICE

### QUESTIONÁRIO (A)

Instituição: \_\_\_\_\_

Gestor: \_\_\_\_\_

1. Em que se baseia a construção do Planejamento Pedagógico da escola?

---

---

---

2. Como é feita a elaboração dos Conteúdos escolares?

---

---

---

3. A escola trabalha com Projetos escolares? ( ) SIM ( ) NÃO

4. Se respondeu SIM na questão anterior, por favor, explique com que eles estão relacionados.

---

---

---

5. O PPPda escola busca condizer com a realidade social das crianças oriundas de movimentos sociais? Justifique.

---

---

---

**QUESTIONÁRIO (B)**

Responsável: \_\_\_\_\_

Assentamento: \_\_\_\_\_

1. Para o senhor(a) a escola tem contribuído no processo de militância de seu filho?

---

---

---

2. O senhor(a) já foi convidado a interagir em algum evento, realizado pela escola, e que foi voltado para a realidade existente em um movimento social?

---

---

---

3. De que forma o conhecimento que seu filho aprende na escola é aproveitado pelo movimento social?

---

---

---

**QUESTIONÁRIO (C)**

Nome: \_\_\_\_\_

1. Você gosta de estar na escola? Por quê?

---

---

---

2. Na sua opinião, os conteúdos que são vistos na escola podem ser aplicados no seu dia a dia?

---

---

---

3. Como você introduz o conhecimento que recebe na escola no movimento social?

---

---

---

4. O que você aprende na escola condiz com o que você vive dentro do movimento social? \_\_\_\_\_

---

---